

GRUPOS E SERVIÇO SOCIAL: EXPLORAÇÕES TEÓRICO-OPERATIVAS, O CAMINHO A PERCORRER.

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras*

RESUMO

Realizamos uma apresentação para a divulgação de algumas questões trabalhadas na tese de doutorado “Grupos e Serviço Social: explorações teórico-operativas”, defendida em maio/06 no Programa de Pós-Graduação da UFRJ. Discorremos sobre nossas referências históricas, teóricas e ético-políticas – atravessadas pelo Projeto Ético-Político dos Assistentes Sociais, pela produção teórica no campo da tradição marxista e pela produção teórica no campo do Movimento Institucionalista e Grupalista. Ao final, apresentamos nossas expectativas quanto à continuidade das pesquisas sobre esse tema.

Palavras-chave: grupos, trabalho profissional com grupos, serviço social.

ABSTRACT

This article presents some questions worked in the thesis "Groups and Social Service: theoretical-practical explorations ", defended in May, 2006 at UFRJ. We discourse on our historical, theoretical and ethical-political references, laid out by the Ethical-political Project of the Social Workers, for the theoretical production in the Marxist tradition and for the theoretical production in the institutionalist and groupist movement. In closing, we present our expectations for the continuity of research on this subject.

Keywords: groups, professional work with groups, social service.

INTRODUÇÃO

É com satisfação e alegria que divulgamos ao leitor esta breve apresentação de nossa tese de doutorado, “Grupos e Serviço Social: explorações teórico-operativas”, defendida em maio de 2006, no programa de pós-graduação de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Propusemo-nos a elaborar esta apresentação, de caráter geral, a fim de cativar para a leitura da tese, composta de três capítulos distribuídos em 357 páginas, também disponível na biblioteca da Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora.

O tema constituinte dessa tese é o trabalho com grupos no Serviço Social.

* Doutora na Faculdade de Serviço Social/UFJF; Chefe do Departamento de Fundamentos do Serviço Social.

De fato, a motivação inicial foi deflagrada pela necessidade de fundamentar e de explicitar o caráter particular da intervenção com grupos no Serviço Social a partir do Projeto Ético-Político dos Assistentes Sociais.

Nesta divulgação priorizamos a apresentação do nosso percurso de pesquisa e de algumas das premissas que construímos durante a elaboração da tese, as quais constituem nossas referências para a compreensão dos grupos e do trabalho profissional com grupos.

Dedicamo-nos a elaborar algumas referências teóricas sobre os grupos, valendo-nos de autores cuja perspectiva crítica aproxima-se das proposições e dos princípios defendidos em nosso Projeto Ético-Político¹.

1. O ESTUDO DOS GRUPOS NA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA

Trabalhamos com as referências produzidas na matriz sócio-histórica, percorrendo o caminho aberto por Jean Paul Sartre em seu livro *Crítica da Razão Dialética* (publicado no

¹ “Esquemáticamente, este projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre as alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional. A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; a ampliação e consolidação da cidadania são postas explicitamente como condição para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Em decorrência, o projeto se reclama radicalmente democrático – vista a democratização enquanto socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. Do ponto de vista estritamente profissional, o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aprimoramento intelectual do assistente social. Daí a ênfase em uma formação acadêmica qualificada, alicerçada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir o passo à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante postura investigativa. Muito especialmente, o projeto prioriza uma nova relação sistemática com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é seu componente estrutural o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, incluída nesta qualidade a publicização dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários. Enfim, o projeto sinaliza claramente que o empenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se a categoria articular-se com os segmentos de outras categorias profissionais que partilhem propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores” (José Paulo Netto, 1999: 104-105).

ano de 1960), marco teórico relevante para o Movimento Institucionalista e Grupalista, de um modo geral, e, especialmente, em sua vertente francesa².

O destaque para a matriz sócio-histórica no campo da produção sobre os grupos e sobre as práticas grupais torna-se relevante porque grande parte da produção sobre os grupos está concentrada nas disciplinas de psicossociologia e de psicologia social tendo como marco histórico as concepções elaboradas no campo da dinâmica de grupo fundada por Kurt Lewin e por seus colaboradores no decorrer das décadas de 1930 e 1940.

Nessas disciplinas também houve uma abertura às perspectivas sócio-históricas, principalmente a partir das críticas internas ao campo (como no caso da psicossociologia francesa) e do debate com outras referências teóricas, como na perspectiva aberta através da Análise Institucional, no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

Contudo, talvez pela própria organização e institucionalização dessas disciplinas, vinculadas à pesquisa aplicada ao campo das organizações burguesas, cuja referência são as formas sócio-institucionais empresariais (dentre outros objetivos, destaca-se a busca da eficiência dos bem-sucedidos formatos empresariais, envolvendo a participação de todos – trabalhadores e empregadores – para o sucesso organizacional), nem sempre elas apresentam uma análise das suas implicações sócio-institucionais e das conseqüências políticas e societárias (em relação à escolha de projetos societários) em termos da vinculação às classes sociais ou aos interesses de classes que elas representam.

Entretanto, a produção teórica francesa no campo do Movimento Institucionalista e Grupalista possui particularidades históricas que nos remetem às práticas políticas gestadas na França, práticas vinculadas aos movimentos populares, aos movimentos de massa, trazendo conteúdos específicos, como a “experimentação” de modos coletivos de exercício do poder, de modos descentralizados de ação, independentes da emergência de lideranças fortes. Os

² A publicação da obra de Sartre ocorreu em ressonância com o Movimento Institucionalista e Grupalista. Esse movimento – com raízes profundas na Europa (ainda na década de 40) – apresentou convergências quanto ao questionamento das práticas institucionais, explicitamente nas áreas da saúde mental (questionamento dos estabelecimentos asilares/psiquiátricos, emergência de novas formas de atendimento no campo da saúde mental) e da educação (questionamento quanto às relações pedagógicas na instituição do ensino) fundando disciplinas como a “psicoterapia institucional” e a “pedagogia institucional”. Nele emerge a perspectiva da Análise Institucional, fundada e divulgada por Georges Lapassade, René Lourau e Félix Guattari. A Análise Institucional francesa produziu referências críticas sobre as concepções de grupos, envolvendo a perspectiva histórica, política e a dimensão organizacional/institucional como atravessamentos institucionais presentes nos estabelecimentos sociais onde essas práticas se desenvolvem.

eventos históricos também foram significativos para as classes trabalhadoras: a Revolução Francesa (1789), a Primavera dos Povos (1848), a Comuna de Paris (1871), o Maio de 1968.

Essa particularidade histórica atravessa a produção do Movimento Institucionalista e Grupalista na França, principalmente no campo da Análise Institucional.

Destacamos a produção de Georges Lapassade, René Lourau e Félix Guattari, referências na divulgação e na fundamentação da Análise Institucional (Heliana B. C. Rodrigues, 1993).

Desse modo, a Análise Institucional francesa produziu a crítica às concepções e aos procedimentos divulgados pela psicossociologia francesa, detendo-se, inclusive, nas formulações acerca dos grupos e das práticas grupais.

2. OS GRUPOS E AS CLASSES SOCIAIS

Essas referências teóricas, produzidas no marco do Movimento Institucionalista e Grupalista e no campo da Análise Institucional, nos auxiliaram a pensar criticamente sobre “os grupos” e sobre as práticas grupais contemporâneas. Por esse caminho, formulamos a questão sobre a relevância da categoria grupos no campo da produção marxista.

Nesse sentido, “os grupos” considerados enquanto categoria contribui para compreendermos as classes sociais em seu movimento, em sua dinamicidade. “Os grupos” colocam em relevo as múltiplas determinações presentes na produção histórica, ainda que sejam diferentes e desproporcionais em relação ao impacto sobre as vidas dos sujeitos. Ou seja, a determinação econômica, em última instância, não pode ser compreendida isoladamente, sem o conhecimento de outras variáveis presentes no processo histórico. Desse modo, “a necessidade” (enquanto impossibilidade de viver, conforme Jean Paul Sartre, 2002) ou a “manutenção da sobrevivência”, imprescindíveis à reprodução humana, são importantes deflagradores da ação histórica, mas precisam ser analisados na circunstância sócio-cultural, o que explica, em parte, a grande margem de tolerância humana às condições precaríssimas de sobrevivência, as quais não geram, imediatamente, alterações e transformações efetivas nas vidas dos sujeitos, e em algumas situações, podem sequer gerar ou construir sujeitos coletivos de ação.

Compreendemos que a categoria “classe social”, na produção marxiana, supõe a compreensão das classes sociais em uma perspectiva ampla, incluindo o estudo e a apropriação das diferentes variáveis (o concreto é a síntese das múltiplas determinações).

Todavia, a circunstância histórica de produção da teoria social marxista forçou exatamente a afirmação da determinação econômica como recurso, em nossa compreensão, para demonstrar o processo de dominação do capitalismo, e a forma como a exploração continuava sendo efetuada, apesar da retórica de igualdade e liberdades formais, conforme atestam as críticas de Karl Marx e Friedrich Engels à ideologia alemã³.

Por outro lado, os diferentes movimentos de luta da classe trabalhadora na Europa, durante os séculos XIX e XX, deflagraram formas de organização próprias às características dessas lutas. A organização sindical, os partidos operários foram expressões significativas de algumas conquistas de espaços nas sociedades capitalistas. Contraditoriamente, a afirmação da classe trabalhadora em seu poder político, diante da burguesia, e as possibilidades concretas de modificar as condições extremas de exploração dos trabalhadores, regulando a carga horária de trabalho semanal, afirmando a necessidade de descanso remunerado, enfim, construindo condições mais favoráveis aos trabalhadores, contribuiu para o estabelecimento de um certo nível de diálogo entre burgueses e trabalhadores, e para um comprometimento mútuo, embora diferenciado, em relação ao desenvolvimento das sociedades capitalistas.

As formas de organização dos trabalhadores, nos sindicatos e nos partidos operários também consolidou um tipo de relação entre o movimento dos trabalhadores e suas representações instituídas.

A experiência histórica das classes trabalhadoras na Europa colocou em evidência formas de organização coletiva com horizontes político-ideológicos diferentes dos horizontes político-ideológicos burgueses.

A discussão em assembleias, a solidariedade entre as pessoas na valorização do companheirismo, a perspectiva de descentralização das decisões explicitam algumas estratégias coletivas de organização do poder. Esses conteúdos exemplificam uma busca pela efetivação da democracia, conseqüentemente, desde a luta pelo controle dos meios de produção até à luta pela gestão e organização da vida em sociedade.

³ Publicada em 1936. Utilizamos a edição brasileira recente impressa em 2001.

Contudo, apesar desses horizontes abertos pelo movimento dos trabalhadores e pelos movimentos populares de caráter progressista, as formas de organização sindical e político-partidária também ficaram “presas” nas “teias” da burocracia e do anacronismo, ou seja, não se fizeram acompanhar pela dialeticidade própria à realidade social na qual se inserem.

O fenômeno de burocratização dos sindicatos de trabalhadores e dos partidos operários chamou a atenção de Sartre (idem).

Assim também, a reprodução de práticas autoritárias na condução do socialismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, trouxe novos elementos à reflexão, destacando a dificuldade de se construir formas de organização abertas ao debate e à diferença e em uma possibilidade de construção de convergências em lugar de uma unidade pseudo-homogênea.

Essas experiências históricas colocam, aos pesquisadores, questões quanto à possibilidade de se construir formas de organização que acompanhem o horizonte revolucionário, ou seja, a construção de formas de organização abertas ao movimento da realidade social.

Pensamos, que atualmente, a categoria “grupos” vem enfatizar novamente, a multiplicidade de aspectos implicados no processo de construção das classes sociais. Mas, essa relação só é possível se os conceitos, as concepções sobre “os grupos” forem compatíveis com a perspectiva crítico-dialética.

Durante a tese, também trabalhamos alguns elementos que nos permitem compreender os grupos e as práticas grupais criticamente, alargando nossa compreensão sobre as determinações sócio-históricas e sócio-culturais.

Explicamo-nos melhor. A produção sobre “grupo” e algumas das muitas estratégias para o trabalho profissional com grupos (como o Serviço Social de Grupo) fundamentam-se em concepções teóricas clivadas pelo a-historicismo, pelo a-politicismo.

Nessas concepções “o” grupo é compreendido como uma totalidade dinâmica, demarcada socialmente e culturalmente. Contudo, os determinantes histórico-materiais e os atravessamentos sócio-institucionais não são trabalhados nessas concepções.

Assim também, o caráter político-ideológico não é explicitado, no sentido de indicar as vinculações dos sujeitos aos diferentes “projetos societários” em disputa nas sociedades capitalistas.

A obra de Sartre resgata a compreensão sobre os grupos nas sociedades contemporâneas fundamentando-se na *práxis* histórica dos grupos, ou no que Sartre denomina de *grupo em fusão* como um momento importante da *práxis* humana que funda historicamente as transformações e os movimentos sócio-institucionais.

A perspectiva sartreana valoriza a ação histórica dos grupos e a *práxis* social humana em sua dimensão coletiva. E o faz a partir de descrições sobre a Revolução Francesa enquanto movimento popular e movimento de massa.

Contudo, a perspectiva de ação grupal e coletiva (no âmbito sócio-organizacional) também é valorizada na Análise Institucional como ação histórica no âmbito da reinvenção sócio-institucional⁴. A dimensão sócio-institucional é valorizada no intuito de focalizar os processos grupais enquanto processos constitutivos das formas organizacionais, como “instâncias” importantes para os estabelecimentos sociais. Ou seja, também está em questão, no âmbito da Análise Institucional, a potencialidade da *práxis* humana enquanto movimento contínuo, como ação implicada nas formas organizacionais geradas, e que passam a influenciar o próprio Movimento do qual emergem.

Nesse sentido, a perspectiva revolucionária presente na tradição marxista, que coloca em relevo a possibilidade de revolução contínua ou de revoluções dentro da Revolução, faz-nos questionar a habilidade organizativa das formas construídas no processo revolucionário, enquanto formas abertas ao movimento contínuo da realidade. Qual a possibilidade dos Movimentos produzirem formas organizativas coerentes com o horizonte revolucionário, principalmente no que tange às transformações contínuas e ao exercício coletivo do poder?

Essas questões focalizam a relação entre autogestão e democracia, entendidas como a possibilidade de gestação de formas autônomas de sobrevivência, articuladas ao exercício coletivo do poder.

Nesse sentido, em que medida, os espaços grupais e coletivos questionam as relações de poder que os atravessam, em diferentes sentidos, como as tensões e os conflitos que envolvem, historicamente, os processos de dominação e de exploração. Em que medida, é possível fomentar a emergência de reflexões críticas, sustentadas numa perspectiva histórico-material, as quais buscam compreender as tensões e as convergências em seus múltiplos

⁴ Conforme atestam as elaborações de Lapassade, Lourau e Guattari.

aspectos, inclusive nas contradições econômico-materiais, na perspectiva da luta de classes, em suas características particulares materializadas no espaço dos grupos.

Como características particulares, compreendemos a manifestação dos processos grupais, mediados sócio-institucionalmente, o que nos exige um arcabouço teórico-operativo capaz de investigar, a partir de nossa inserção sócio-ocupacional, as relações entre esses espaços e as sociedades capitalistas, considerando também a particularidade histórico-cultural brasileira.

Nessa direção, ao considerarmos os grupos em seu movimento, e ao considerá-los como espaços de tensões, atravessados pelos processos históricos de dominação e de exploração, colocamos em evidência a necessidade da perspectiva dialética.

Essa perspectiva dialética, como uma possibilidade de expressão do movimento da realidade no campo da produção teórico-operativa, inclui a necessidade de compreendermos as tensões em suas múltiplas variações. Ou seja, o movimento é rico em sua expressão, e as *tensões expressam* contradições em diferentes aspectos, os quais se atravessam mutuamente.

Por isso, enfatizamos os processos históricos de dominação e exploração, indicando a necessidade de compreendê-los articuladamente, no modo como se constroem em relação aos interesses materiais que representam e aos modos como tais interesses se expressam através das práticas dos diferentes grupos.

Essas práticas grupais, por sua vez, adquirem relativa autonomia, à medida que se transformam em práticas reconhecidas socialmente, à medida que instituem modos de organização e de intervenção na realidade social.

3. O TRABALHO PROFISSIONAL COM GRUPOS NO SERVIÇO SOCIAL

Nosso trabalho, durante a elaboração da tese, teve como objetivo explorar alguns caminhos teórico-operativos para pensarmos a intervenção profissional com grupos no âmbito do Serviço Social.

Durante o Capítulo 1, dedicamo-nos a argumentar, no âmbito do Serviço Social, sobre a necessidade do conhecimento sobre os grupos, sobre as práticas grupais nas sociedades capitalistas e sobre os processos grupais que atravessam as ações coletivas e os espaços sócio-institucionais existentes.

Identificamos lacunas em relação aos conteúdos teóricos (sobre a intervenção profissional com grupos) que são as referências para o Projeto Ético-Político dos Assistentes Sociais.

Em primeiro lugar identificamos a negação do Serviço Social de Grupo sem que houvesse a crítica superadora no campo das referências teóricas relativas às concepções sobre “o” grupo e sobre as práticas grupais nas sociedades capitalistas.

Em segundo lugar, observamos a permanência da valorização das práticas grupais, no processo de renovação do Serviço Social brasileiro durante a década de 80, inclusive pela ação coletiva dos assistentes sociais que instaura a formulação de um projeto de profissão divulgado durante a década de 90.

Há, então, uma valorização dos grupos sem uma discussão teórica mais profunda sobre os grupos e sobre as práticas grupais nas sociedades capitalistas. Discussões, essas, que pudessem superar as referências teóricas vinculadas às disciplinas de psicologia social, psicossociologia e especificamente, dinâmica de grupo, fundamentando as novas estratégias profissionais no campo do trabalho com grupos, inclusive em sentido estrito.

A valorização dos grupos e das práticas grupais sem uma discussão teórica conseqüente faz com que os profissionais, ao realizarem abordagens coletivas permaneçam presos ao senso comum, sem elementos concretos que facilitem a intervenção coerente com o horizonte ético-político proposto.

Em terceiro lugar, a necessidade de oferecer respostas às demandas organizacionais, força os profissionais, em muitas situações, à busca de referências teóricas sobre o trabalho com grupos, nem sempre compatíveis com a perspectiva histórico-material e crítico-dialética presente no projeto dos assistentes sociais.

Defendemos a necessidade de construir referências para o trabalho profissional com grupos, considerando as particularidades do Serviço Social, suas singularidades históricas enquanto profissão e seu horizonte ético-político.

Nesse sentido, há muito trabalho a realizar.

Os passos seguintes à elaboração da tese incluem:

a) Uma caracterização que englobe as diferentes estratégias, as diferentes abordagens (no sentido literal da palavra: como os assistentes sociais abordam os grupos com os quais

trabalham?) utilizadas pelos assistentes sociais na intervenção com grupos. Nessa caracterização é importante identificar os fundamentos teóricos subjacentes à intervenção.

b) Uma síntese dessa caracterização para explicitarmos o que há em comum entre os fundamentos subjacentes à intervenção com grupos no âmbito do Serviço Social.

c) Uma compreensão sobre a particularidade da intervenção profissional com grupos no Serviço Social.

d) Uma avaliação, a partir da compreensão sobre a particularidade da intervenção profissional com grupos, que implique a consideração crítica quanto aos limites e às possibilidades do trabalho profissional com grupos no Serviço Social.

FINALIZAÇÃO

Concluimos esta apresentação destacando os conteúdos teóricos que consideramos relevantes para a compreensão dos grupos e das práticas grupais nas sociedades capitalistas:

a) Os grupos e as práticas grupais estão em constante movimento, clivado por tensões, as quais envolvem as relações de poder, os processos históricos de dominação e exploração. Os grupos se apresentam como espaços de convergência atravessados por tensões num movimento contínuo e contraditório, numa “unidade” clivada pela diversidade. A apreensão desse movimento coloca em evidência a perspectiva dialética como recurso metodológico nas elaborações teórico-operativas sobre os grupos e sobre as práticas grupais;

b) Os grupos e as práticas grupais tendem a organizar-se em formas sócio-institucionais próprias, embora atravessadas mutuamente, que tendem a se tornar autônomas, influenciando inclusive, os horizontes éticos e políticos que as constituíram;

c) Os grupos e as práticas grupais, enquanto fenômenos coletivos, instauram diferentes processos grupais, passíveis de observação, de conhecimento e de intervenção, constituindo uma área de produção teórico-operativa capaz de fomentar habilidades específicas para o trabalho com grupos, qualificando-o como *trabalho profissional*;

d) O trabalho profissional com grupos, necessariamente, alimenta-se da compreensão sobre os grupos e sobre as práticas grupais nas sociedades capitalistas, e inclui a abertura permanente ao conhecimento dos grupos no sentido de apreender as singularidades e as

particularidades de cada intervenção circunscrita sócio-institucionalmente nos diferentes espaços sócio-ocupacionais existentes e pertinentes às diferentes profissões.

Nossa expectativa, neste artigo é, além de divulgar as questões com as quais estamos trabalhando, ampliar as possibilidades desta pesquisa em parceria com outros profissionais interessados na temática ou mesmo interessados em contribuir com informações ou questões sobre as abordagens que realizam no âmbito de suas intervenções com grupos.

Por isso, deixamos nosso e-mail para contato depto.fss@ufjf.edu.br para facilitar nossa comunicação.

Aguardamos as manifestações dos leitores e esperamos, sinceramente, ter contribuído para explorarmos, juntos, as possibilidades do trabalho com grupos no âmbito do Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA

- EIRAS, A. A. L. T. S. Problematizações acerca do trabalho com grupos no Serviço Social. *Revista Libertas n° 2*. FSS/UFJF, jul./dez 2001, pp.164-187.
- EIRAS, A. A. L. T. S. *Grupos e Serviço Social: explorações teórico-operativas*. Tese de Doutorado. ESS/UFRJ: Rio de Janeiro, 2006.
- GUATTARI, F. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- IAMAMOTO, M.V. e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez/CELATS, 1985.
- LAPASSADE, G. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- LEWIN, K. *Problemas de Dinâmica de Grupo*. São Paulo: Cultrix, s/data.
- LOURAU, R. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- LORAU, R. “Grupos e instituição”. In: ALTOÉ, S. (org.) *René Lourau analista institucional em tempo integral*. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARX, K. *O capital: crítica da Economia Política. O processo de produção do capital*. Livro I. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Módulo 01. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

RODRIGUES, H.B.C. *As subjetividades em revolta: institucionalismo francês e novas análises*. Dissertação de mestrado. IMS/UERJ: Rio de Janeiro, 1993.